



Março
2019

| Resultado do
Tesouro Nacional

Brasília, 29 de abril de 2019

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Mar		Variação (2019/2018)		Março		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	369.573	389.540	5,4%	1,3%	107.353	114.097	6,3%	1,6%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	65.483	72.912	11,3%	7,0%	17.725	19.689	11,1%	6,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	304.089	316.628	4,1%	0,1%	89.628	94.408	5,3%	0,7%
IV. DESPESA TOTAL	316.960	325.935	2,8%	-1,2%	114.123	115.517	1,2%	-3,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	0	-	-	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-12.871	-9.307	-27,7%	-31,9%	-24.495	-21.108	-13,8%	-17,6%
Tesouro Nacional e Banco Central	36.442	42.175	15,7%	11,4%	-4.368	1.489	-	-
Previdência Social (RGPS)	-49.313	-51.482	4,4%	0,2%	-20.127	-22.597	12,3%	7,4%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,8%	-0,5%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	36.577	42.079	15,0%	10,7%	-4.411	1.437	-	-
Resultado do Banco Central	-135	95	-	-	43	52	22,4%	17,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-49.313	-51.482	4,4%	0,2%	-20.127	-22.597	12,3%	7,4%

Em março de 2019, o **déficit primário** foi de **R\$ 21,1 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 24,5 bilhões em março de 2018** (valores nominais).

Em valores reais, houve **redução** de R\$ 4,5 bi (17,6%) **no déficit do Governo Central**.

No acumulado até março de 2019 houve **déficit primário de R\$ 9,3 bi**, frente a déficit de R\$ 12,9 bi em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até mar/19: déficit de R\$ 9,1 bi
- Até mar/18: déficit de R\$ 13,3 bi

TESOURO NACIONAL

Resultado do
Tesouro Nacional

4

[illegible]

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de mar/19 – IPCA*

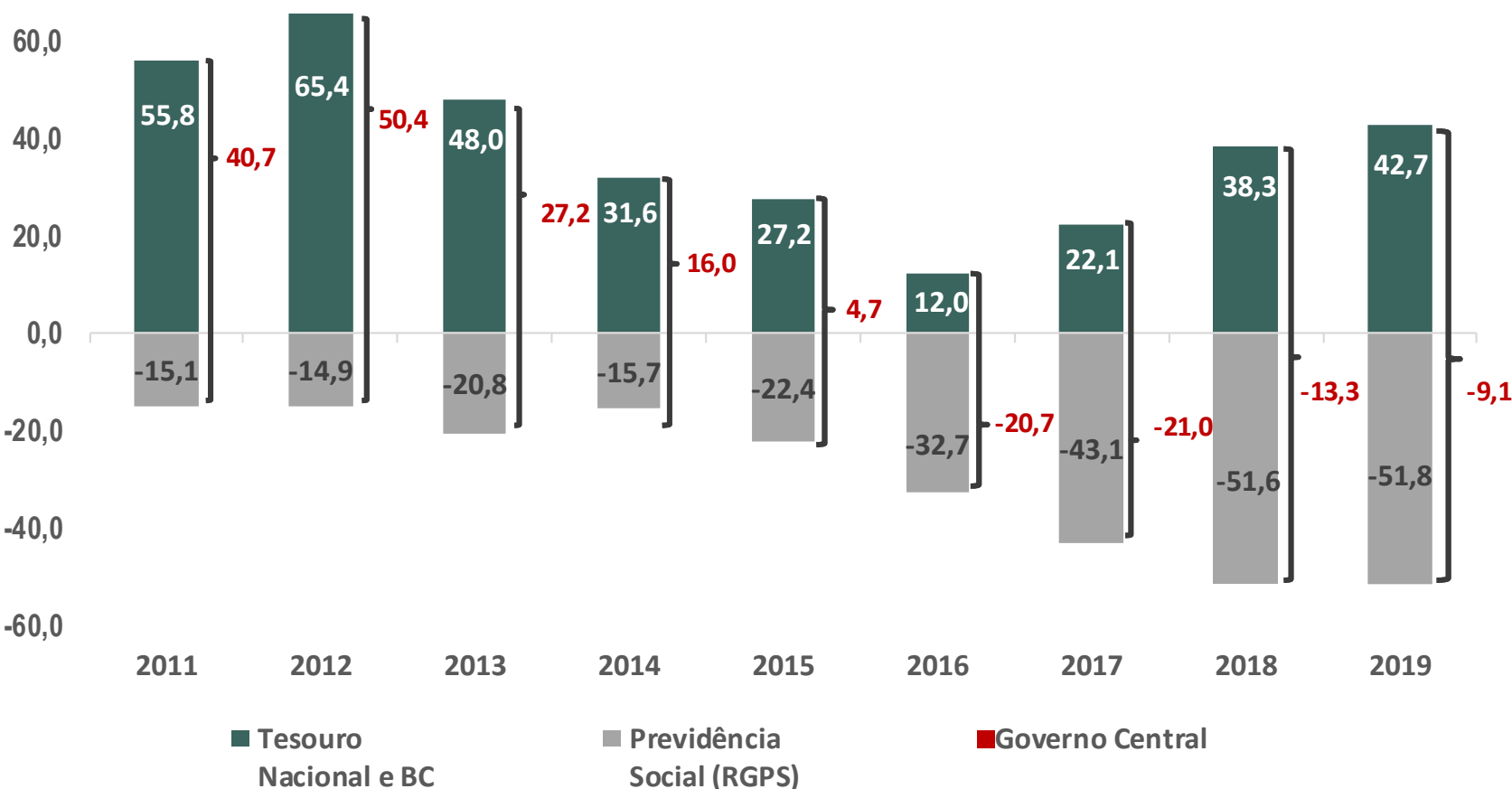


O **resultado primário** do **Governo Central** acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 118,6 bi**, equivalente a **1,68% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2018 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,90% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de mar/19 – IPCA*



No 1º trimestre de 2019 a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 51,8 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 42,7 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição março/2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Saúde	26,4	22,7	3,7
Emendas Parlamentares	3,4	0,6	2,8
Ministério da Defesa	4,5	3,0	1,5
Ministério da Educação	7,0	5,7	1,4
Demais	19,4	17,0	2,3
Total	60,7	49,0	11,8

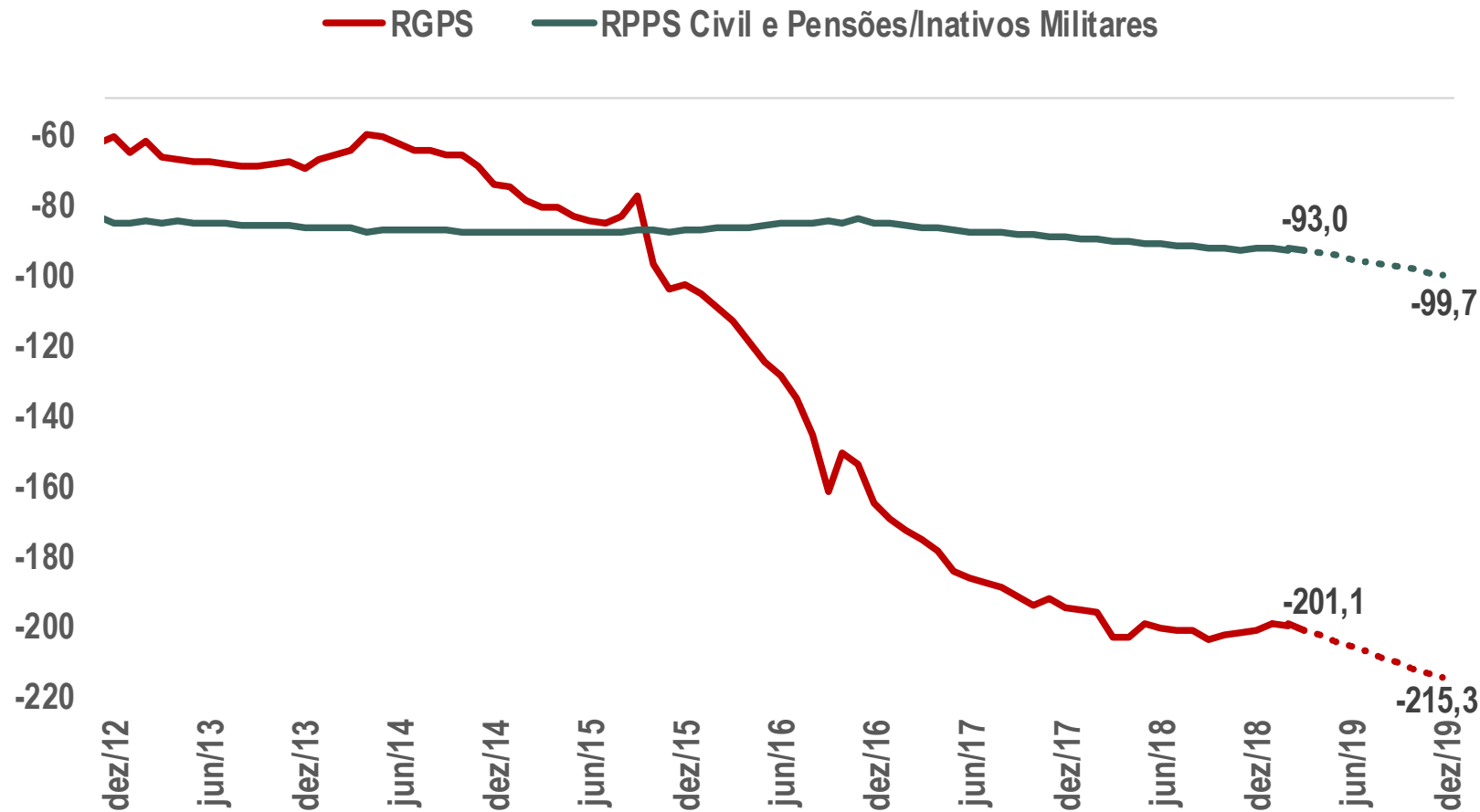
Em março de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 11,8 bilhões (19,4% do limite de pagamento)**.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares*
Acumulado em 12 meses – Brasil – 2012/2019 – R\$ Bilhões – A preços de mar/19 - IPCA



Total do déficit
RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 294,2 bi no Governo Central no acumulado em 12 meses até março de 2019, a preços de mar/2019 – IPCA.

Projeta-se que, ao final de 2019, o déficit será de **R\$ 315,0 bi**, a preços de mar/19 – IPCA, o equivalente a **4,3% do PIB**.

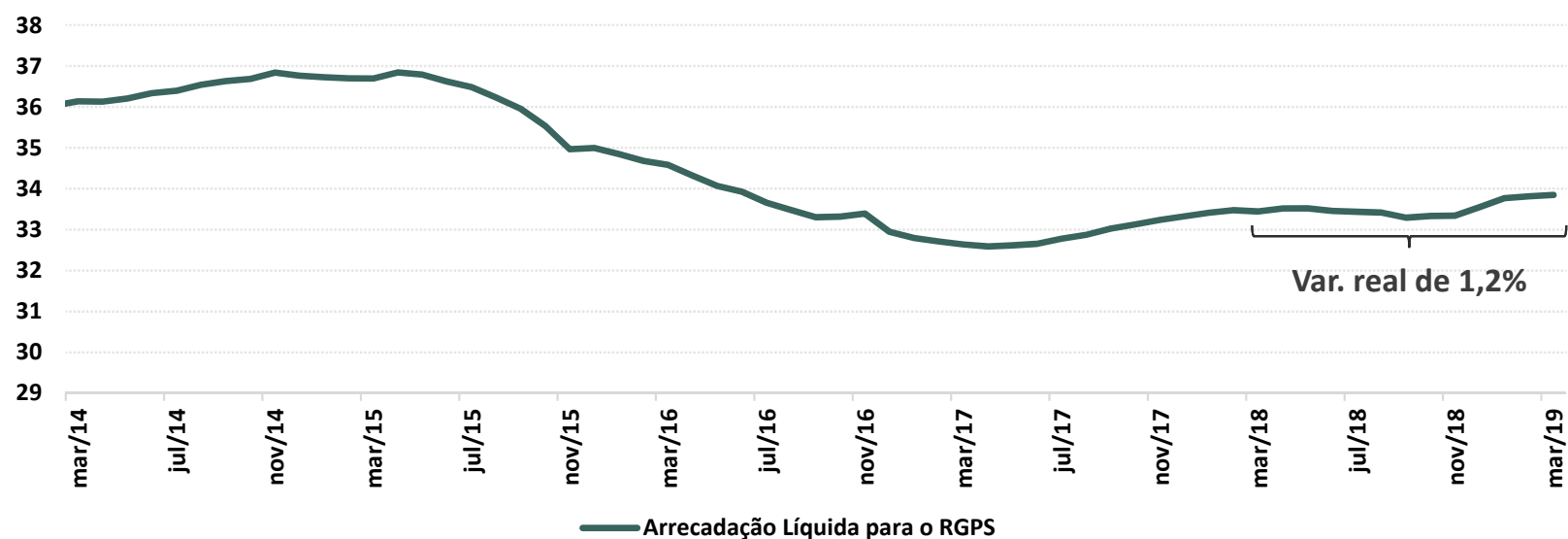
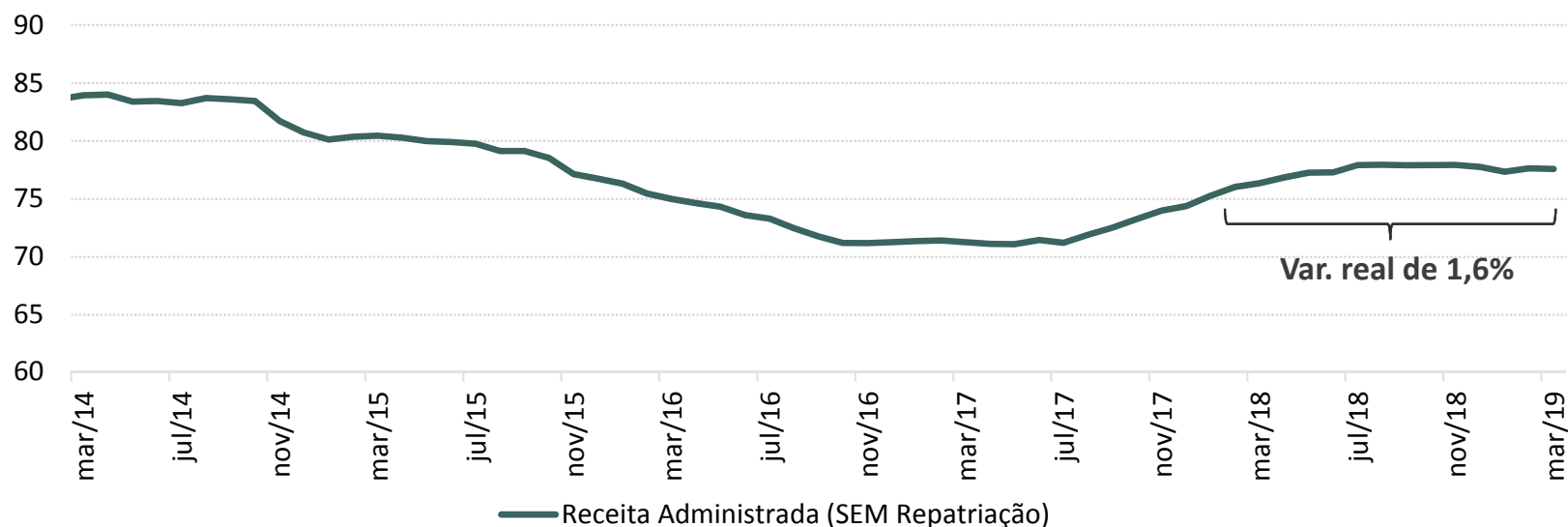
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Receita Administrada pela RFB e Arrecadação Líquida RGPS

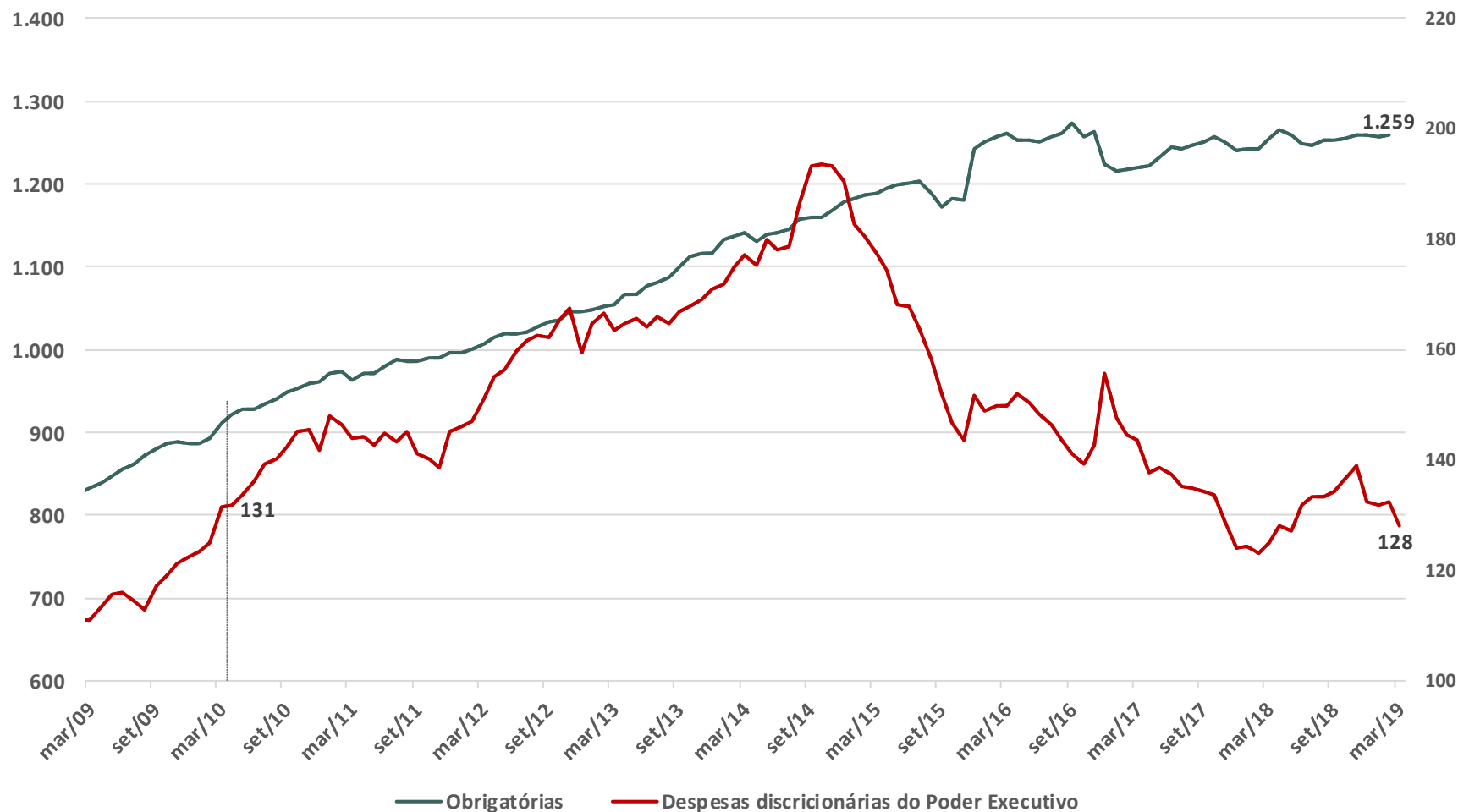
Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de mar/19 - IPCA



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** e da **arrecadação líquida para o RGPS** mostram ganho real.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de mar/19 - IPCA



O crescimento persistente das **despesas obrigatórias** implicou **retorno do patamar das despesas discricionárias** aos níveis de março de 2010 (em termos reais).

Desde março de 2010, houve **redução real de 2,6% das discricionárias**, enquanto as **obrigatórias cresceram 38,1%** em termos reais.

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.

Fonte: Tesouro Nacional

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de mar/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	332.005,7	327.975,5	-4.030,2	-1,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	143.864,2	147.541,0	3.676,8	2,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano	113.278,2	116.701,2	3.423,0	3,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	30.586,0	30.839,8	253,8	0,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	77.620,8	77.660,8	40,0	0,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	55.029,5	53.496,9	-1.532,7	-2,8%
Abono e Seguro Desemprego	17.854,6	17.853,7	-1,0	0,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	14.560,2	14.919,3	359,1	2,5%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.311,0	1.395,0	84,0	6,4%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	96,2	2.267,9	2.171,7	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.770,0	2.274,5	-495,5	-17,9%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	5.078,8	5.219,5	140,7	2,8%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.947,9	2.392,2	-555,7	-18,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.680,6	1.245,5	-435,1	-25,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.932,9	5.077,1	-1.855,8	-26,8%
Impacto Primário do FIES	360,0	140,1	-220,0	-61,1%
Demais	1.437,2	712,1	-725,1	-50,5%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	55.491,1	49.276,7	-6.214,4	-11,2%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	32.978,6	31.033,0	-1.945,6	-5,9%
Discrecionárias	22.512,5	18.243,8	-4.268,7	-19,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	56.112,5	50.004,2	-6.108,3	-10,9%
Outras Despesas de Custeio	47.182,4	43.771,9	-3.410,4	-7,2%
Outras Despesas de Capital	8.930,1	6.232,2	-2.697,9	-30,2%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

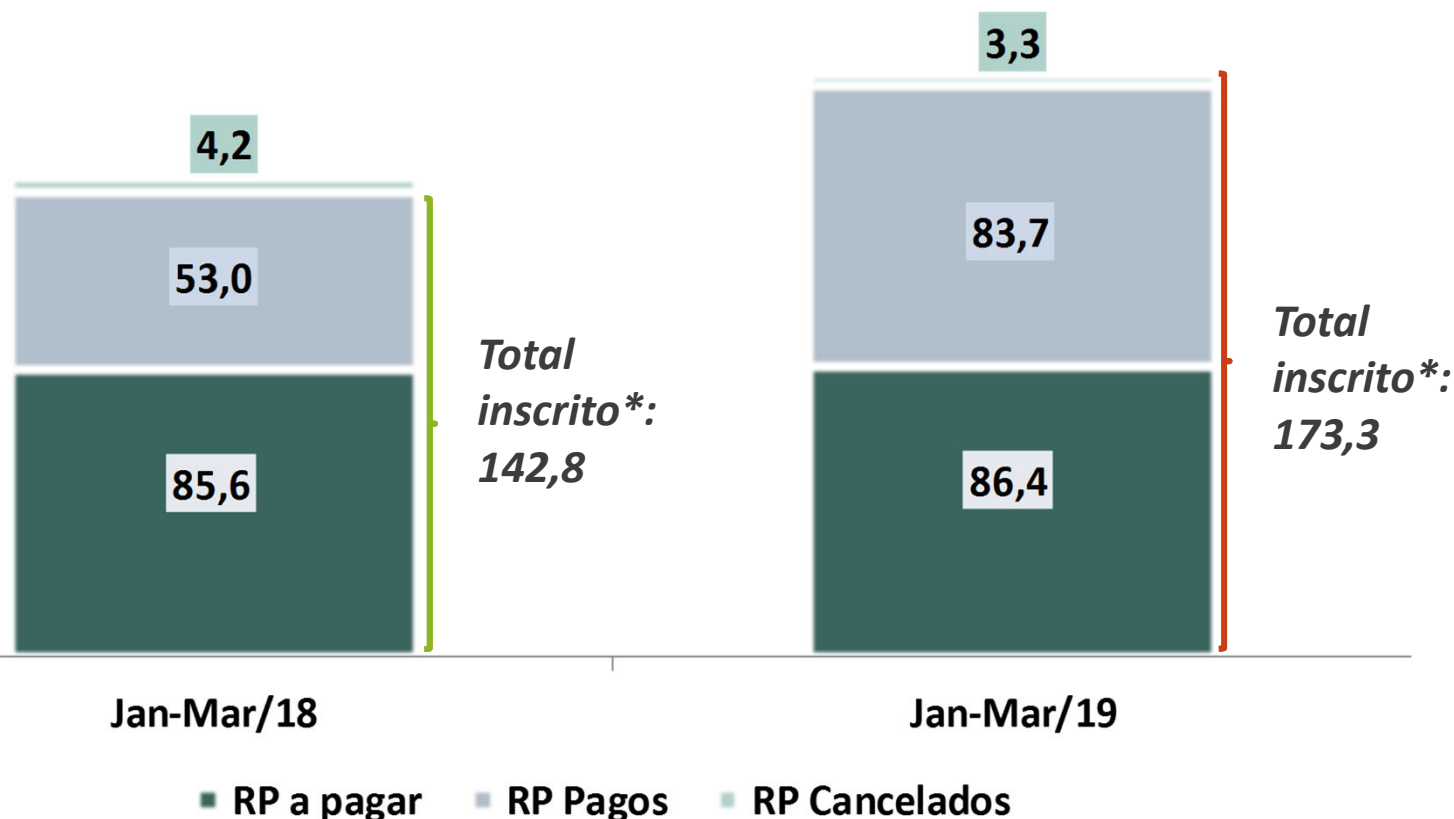
No acumulado no ano de 2019 a despesa total diminuiu em termos reais (-1,2%). As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 3,6 bi);
- Crédito Extraordinário (Diesel) (+R\$ 2,2 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,9 bi);
- Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1,9 bi); e
- Discrecionárias (-R\$ 4,3 bi).

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



* Exclui Restos a Pagar Financeiros que, conforme divulgado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar divulgado em janeiro de 2018 pela STN, sofreram redução de R\$ 5,2 bilhões entre 2017 e 2018. Para informações adicionais ver: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/RAP2018/41def350-93ab-4dbc-8b78-d05d54f5f0fb>

O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até março de 2019 correspondeu a **R\$ 83,7 bilhões**, contra **R\$ 53,0 bilhões** no ano anterior.

Essa elevação de R\$ 30,7 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bi, montante que foi pago em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza R\$ 86,4 bilhões, muito próximo ao estoque de R\$ 85,6 bi em 2018.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

Pagamento total em 2018



R\$ 1.287.615.634.697,18

Limite para 2019



R\$ 1.407.052.612.991,00

Pagamento acumulado em 2019



R\$ 318.140.690.491,12

% do teto atingido

22,61%

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)

bilhões



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Mar		Variação Nominal %	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2018	2019		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	308.120	318.141	3,3%	9,3%
II.1 Poder Executivo	293.678	302.667	3,1%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	2.692	2.897	7,6%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.317	1.410	7,1%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	931	1.012	8,8%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	445	474	6,6%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	10.110	10.769	6,5%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	141	153	8,0%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	320	332	3,9%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	2.653	2.855	7,6%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	110	120	9,5%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.598	1.743	9,1%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.637	4.851	4,6%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	620	676	9,0%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	31	38	22,7%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	136	136	0,0%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	1.503	1.671	11,2%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União	1.487	1.652	11,1%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	16	19	21,5%	20,8%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	318.141	1.407.053	22,6%
II.1 Poder Executivo	302.667	1.343.213	22,5%
II.2 Poder Legislativo	2.897	12.419	23,3%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.410	6.040	23,4%
II.2.2 Senado Federal	1.012	4.329	23,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	474	2.050	23,1%
II.3 Poder Judiciário	10.769	44.447	24,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	153	701	21,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	332	1.494	22,2%
II.3.3 Justiça Federal	2.855	11.369	25,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	120	543	22,1%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.743	7.486	23,3%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.851	19.963	24,3%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	676	2.669	25,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	38	222	17,1%
II.4. Defensoria Pública da União	136	576	23,7%
II.5 Ministério Público da União	1.671	6.398	26,1%
II.5.1 Ministério Público da União	1.652	6.307	26,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	19	91	21,3%

Regra de Ouro

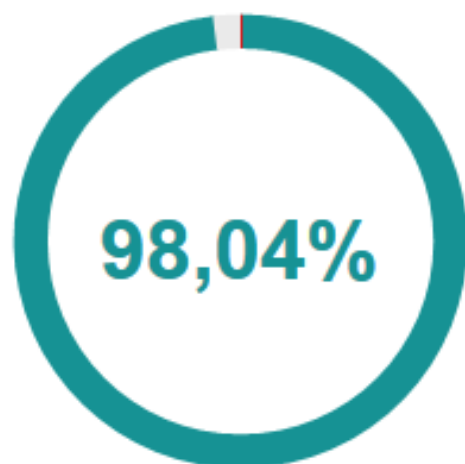
Art. 167 da Constituição Federal

Painel da Regra de Ouro da UNIÃO

Selecione o mês
de referência

mar/19 ▼

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ 17,53

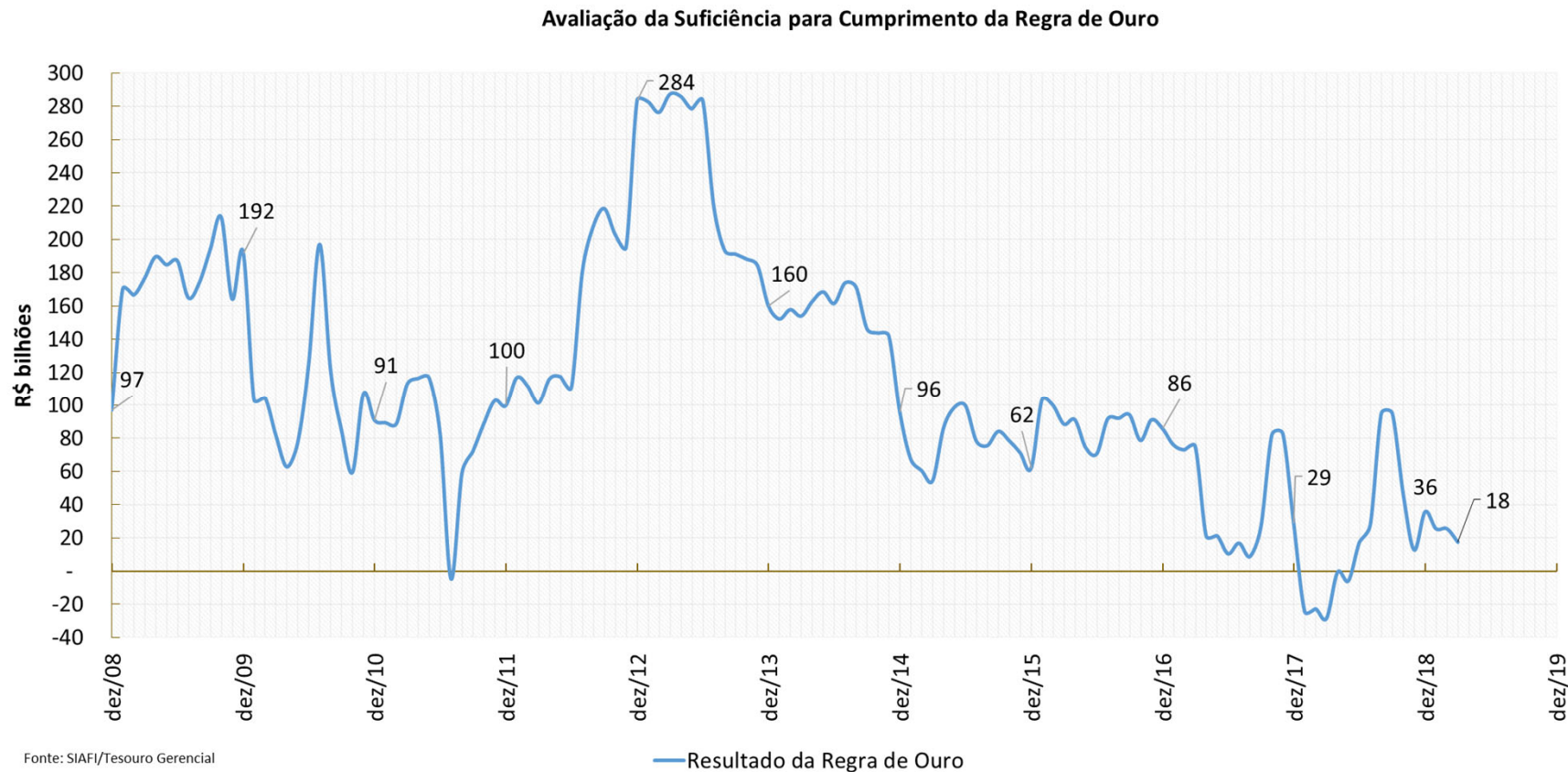
Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	79,63	253,39	895,38
Receita Considerada	95,31	367,04	877,85
Receitas de Operações de Crédito	88,59	265,88	902,19
(-) Variação do colchão da dívida	-6,72	-101,16	24,34
Resultado	-15,68	-113,65	17,53

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No acumulado em 12 meses até março/2019, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 17,5 bilhões**.

O **cumprimento da Regra de Ouro** é verificado **em bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2019 – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Discriminação	2019		
	Cenário Anterior	Cenário Atual	Diferença
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	1.086,6	1.092,9	6,3
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	910,4	918,5	8,1
Variação de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	-176,2	-174,3	1,9
Despesas de Capital (II)	811,1	802,3	-8,8
Investimentos	33,2	22,3	-10,9
Inversões Financeiras	73,8	67,0	-6,8
Amortizações	704,1	713,0	8,9
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-275,5	-290,6	-15,1
Resultado do Banco Central - Fonte 152 (IV)	166,7	167,1	0,4
Outras fontes*	13,1	13,1	0,0
Margem da Regra de Ouro considerando Resultado do BC e Outras Fontes	-95,7	-110,4	-14,7

* Fontes: 59 - Retorno de Op. Crédito; 73 - Retorno de Op. Crédito Estados e Municípios; 97 - Dividendos

A **projeção** atual mostra uma **insuficiência de R\$ 110,4 bi** para o cumprimento da Regra de Ouro em 2019. A elevação da insuficiência decorre principalmente da **redução de R\$ 17,6 bi em investimentos e inversões financeiras**, devido ao contingenciamento sugerido no Relatório de Reavaliação Bimestral de março.

O governo considera a utilização em 2019 de **recursos do resultado do balanço BC do 1º e do 2º semestre de 2018**.

Tópicos Especiais

Despesas indexadas - Crescimento automático do gasto público

Principais indexadores

Despesas Indexadas	Indexadores
Benefícios Previdenciários	Salário Mínimo e INPC
LOAS/RMV	Salário Mínimo
Abono e Seguro Desemprego	Salário Mínimo e INPC
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	Diversos
FCDF - Pessoal	Receita Corrente Líquida
FCDF - OCC	Receita Corrente Líquida
Mínimo Educação Requerido	IPCA (jul a jun)
Mínimo Saúde Requerido	IPCA (jul a jun)
Emendas Individuais	IPCA (jul a jun)
Emendas de Bancada	IPCA (jul a jun)
Fundeb - Complementação da União	Receita Resultante de Impostos

Além de seu elevado nível de rigidez, outro aspecto marcante da despesa primária do Governo Central e relevante na determinação de sua dinâmica é o **seu alto grau de indexação**. Em outras palavras, grande parte da **despesa primária tende a crescer automaticamente**.

A tabela ao lado explicita as principais despesas indexadas e seus respectivos indexadores.

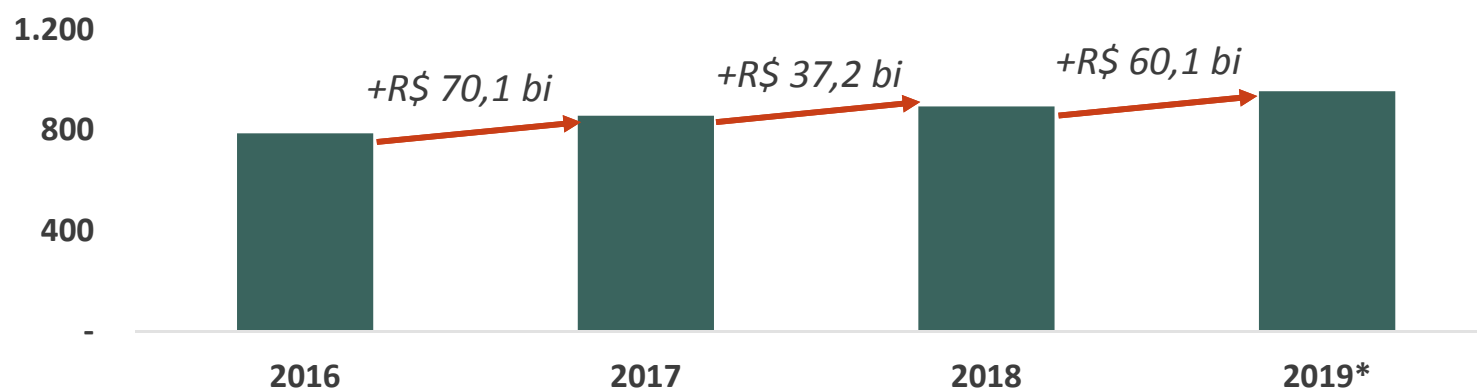
Tópicos Especiais

Despesas indexadas - Crescimento automático do gasto público

Participação das Despesas Indexadas nas Despesas Primárias Totais do Governo Central

Itens da Despesa	2016		2017		2018		2019*	
	R\$ milhões	% do Total Indexado	R\$ milhões	% do Total Indexado	R\$ milhões	% do Total Indexado	R\$ milhões	% do Total Indexado
Benefícios Previdenciários	507.871,28	40,6%	557.234,83	43,6%	586.378,75	43,4%	631.157,91	44,7%
LOAS/RMV	48.990,08	3,9%	53.744,20	4,2%	56.156,04	4,2%	59.682,37	4,2%
Abono e Seguro Desemprego	56.013,76	4,5%	54.508,07	4,3%	53.553,32	4,0%	56.672,72	4,0%
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	537,27	0,0%	571,53	0,0%	614,96	0,0%	899,83	0,1%
FCDF - Pessoal	10.854,24	0,9%	11.392,36	0,9%	12.033,51	0,9%	12.487,83	0,9%
FCDF - OCC	1.174,22	0,1%	1.458,05	0,1%	1.597,82	0,1%	1.612,28	0,1%
Mínimo Educação Requerido	46.582,83	3,7%	48.980,97	3,8%	50.450,39	3,7%	52.665,20	3,7%
Mínimo Saúde Requerido	95.366,61	7,6%	109.088,15	8,5%	112.360,79	8,3%	117.293,40	8,3%
Emendas Individuais	4.047,14	0,3%	4.259,58	0,3%	4.387,36	0,3%	4.579,97	0,3%
Emendas de Bancada	3.372,00	0,3%	4.259,58	0,3%	4.387,36	0,3%	4.579,97	0,3%
Fundeb - Complementação da União	13.674,85	1,1%	13.070,92	1,0%	13.814,69	1,0%	15.036,97	1,1%
Total - Indexadas	788.484,27	63,1%	858.568,23	67,1%	895.735,01	66,3%	956.668,45	67,7%
Total - Despesas Primárias	1.249.393,19		1.279.007,76		1.351.756,72		1.412.521,42	

Despesas indexadas - R\$ Bilhões – Valores Correntes



Em 2018, as despesas indexadas atingiram **66,3%** das despesas primárias totais do Governo Central. A programação de 2019 indica crescimento dessa parcela para 67,7%.

A partir do estabelecimento do Teto dos Gastos (Emenda Constitucional - EC -95), pode-se dizer que **qualquer indexação em valor superior à variação do IPCA (julho a junho)** leva ao aumento da parcela da despesa indexada.

* De acordo com Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2019.

Tópicos Especiais

O Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2020

Grupos de Riscos Fiscais

Riscos Gerais (Macroeconômicos)	Riscos Específicos
Desvios das previsões macrofiscais em função dos parâmetros macroeconômicos PIB Inflação (IPCA e INPC) Câmbio Juros Preço de <i>Commodities</i> Massa Salarial (Salário Mínimo)	Passivos Contingentes • Demandas Judiciais; • Garantias; • FGE; etc Riscos Associados a Ativos • Dívida Ativa; • Haveres Financeiros; • Créditos do BCB; etc Outros • Concessões/PPPs; • Empresas Estatais; • Sistema Financeiro; • Mudanças Demográficas; • FIES; etc

Elaboração: STN/ME

O Anexo está dividido em dois grupos de riscos:

Macroeconômicos

(gerais), que avaliam os efeitos nas contas públicas resultantes de variações nos parâmetros econômicos utilizados para a produção das previsões fiscais (receitas e despesas); e

Específicos, que dizem respeito aos passivos contingentes do governo e aos riscos associados aos ativos, relacionados a eventos que ocorrem de maneira irregular.

Tópicos Especiais

O Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2020

Riscos Macroeconômicos

Item	Variação de 1 p.p.					Variação de R\$ 1,00
	PIB real	Inflação (IER)*	Massa Salarial	Câmbio e Juros	INPC	Salário Mínimo
Receita Previdenciária (var. %)	0,13%	0,13%	0,80%	0,10%	-	-
Demais Receitas Administradas (var %)	0,64%	0,61%	0,06%	0,03%	-	-
Total Receitas (R\$ bilhões)	7,1	6,8	4,1	1,3	-	-
Despesas Primárias (R\$ bilhões)	-	-	-	-	7,3	0,3

*O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI

Para efeito de exemplo, a elevação de 1 p.p. no INPC causa um aumento de R\$ 7,3 bilhões nas despesas primárias.

A redução de 1 p.p. na variação esperada do IPCA causa uma redução de R\$ 14,1 bilhões no Teto de Gastos (EC nº 95)

Tópicos Especiais

O Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2020

Riscos Específicos

Item	Tipo de Impacto Potencial	Estoque de Risco 2018	Fluxos de impacto potencial	
			2019	2020
Potencial Impacto Financeiro (I)		1.421.371,45	89.988,86	84.408,89
Passivos contingentes da União a regularizar	↑ despesa	121.760,50	18.941,20	13.869,00
Dívidas Garantidas pela União	↑ despesa	258.226,55	8.426,26	10.963,99
Créditos do BCB	↓ receita	24.824,10	ND	ND
Haveres Financeiros Rel. a Entes Federativos	↓ receita	621.427,90	24.239,00	24.286,30
Haveres Financeiros Não Rel. a Entes Federativos	↓ receita	395.132,40	38.382,40	35.289,60
Potencial Impacto Primário (II)		2.104.498,55	24.914,70	1.295,70
Seguro de Crédito à Exportação ¹	↑ despesa	51.898,05	ND	ND
Passivos relacionados a Demandas Judiciais	↑ despesa / ↓ receita	1.528.000,00	ND	ND
Passivos relacionados aos Fundos Constitucionais	↑ despesa	16.327,60	1.271,70	1.295,70
Concessão de crédito do Fies ²	↑ despesa	110.655,90	ND	ND
Dívida Ativa ²	↓ receita	397.617,00	ND	ND
Concessões e PPPs ³	↓ receita	NA	16.923,00	ND
Dividendos das Estatais ³	↓ receita	NA	6.720,00	ND
Total Geral (I + II)		3.525.870,00	114.903,56	85.704,59

NA: Não Aplicável ND - Não Disponível

(1) O valor do Seguro de Crédito à Exportação está referenciado em dólar e foi convertido pela taxa de câmbio do último dia útil do mês.

(2) Impacto predominantemente primário

(3) Os dados dos fluxos correspondentes a 2019 em Concessões e PPPs e Dividendos de Estatais foram obtidos a partir do Relatório Bimestral de Avaliação de receitas e despesas primárias.

Elaboração: STN/ME.

Fonte: Tesouro Nacional

Os cenários de estresse apresentados no ARF mostram que o resultado primário do Governo Central, **no ano de 2020, pode ser em torno de R\$ 65 bilhões superior ou inferior à meta** estabelecida (R\$ -124,1 bilhões);



TesouroTransparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

Acesse os painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!

www.tesourotransparente.gov.br

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Mar		Variação (2019/2018)		Março		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	369.573	389.540	5,4%	1,3%	107.353	114.097	6,3%	1,6%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	65.483	72.912	11,3%	7,0%	17.725	19.689	11,1%	6,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	304.089	316.628	4,1%	0,1%	89.628	94.408	5,3%	0,7%
IV. DESPESA TOTAL	316.960	325.935	2,8%	-1,2%	114.123	115.517	1,2%	-3,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	0	-	-	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-12.871	-9.307	-27,7%	-31,9%	-24.495	-21.108	-13,8%	-17,6%
Tesouro Nacional e Banco Central	36.442	42.175	15,7%	11,4%	-4.368	1.489	-	-
Previdência Social (RGPS)	-49.313	-51.482	4,4%	0,2%	-20.127	-22.597	12,3%	7,4%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,8%	-0,5%	-	-	-	-	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	36.577	42.079	15,0%	10,7%	-4.411	1.437	-	-
Resultado do Banco Central	-135	95	-	-	43	52	22,4%	17,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-49.313	-51.482	4,4%	0,2%	-20.127	-22.597	12,3%	7,4%

Em março de 2019, o **déficit primário** foi de **R\$ 21,1 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 24,5 bilhões em março de 2018** (valores nominais).

Em valores reais, houve **redução** de R\$ 4,5 bi (17,6%) **no déficit do Governo Central**.

No acumulado até março de 2019 houve **déficit primário de R\$ 9,3 bi**, frente a déficit de R\$ 12,9 bi em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até mar/19: déficit de R\$ 9,1 bi
- Até mar/18: déficit de R\$ 13,3 bi

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de março/19 – IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	387.251,6	392.301,8	5.050,2	1,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	256.730,0	254.657,2	-2.072,8	-0,8%
Imposto de Importação	9.691,1	10.324,3	633,3	6,5%
IPI	14.327,0	12.933,4	-1.393,6	-9,7%
Imposto sobre a Renda	107.411,9	115.501,7	8.089,8	7,5%
IOF	9.075,7	9.349,1	273,5	3,0%
COFINS	63.208,1	57.386,3	-5.821,9	-9,2%
PIS/PASEP	17.295,9	16.057,5	-1.238,4	-7,2%
CSLL	27.336,8	26.897,1	-439,7	-1,6%
CPMF	1.346,5	735,4	-611,1	-45,4%
CIDE Combustíveis	7.037,1	5.472,4	-1.564,7	-22,2%
Outras Administradas pela RFB	0,0	0,0	0,0	-
I.2 Incentivos Fiscais	92.218,5	95.783,0	3.564,5	3,9%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	89.860,3	93.928,0	4.067,7	4,5%
Urbana	2.358,2	1.855,0	-503,2	-21,3%
Rural	38.303,0	41.861,6	3.558,6	9,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	733,3	782,7	49,4	6,7%
Concessões e Permissões	504,9	2.878,4	2.373,5	470,1%
Dividendos e Participações	3.281,1	3.222,5	-58,6	-1,8%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	12.406,6	15.245,3	2.838,7	22,9%
Exploração de Recursos Naturais	3.452,1	4.197,0	744,9	21,6%
Receitas Próprias e de Convênios	6.355,2	5.596,7	-758,5	-11,9%
Contribuição do Salário Educação	1.311,0	1.395,0	84,0	6,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	295,4	289,9	-5,5	-1,9%
Operações com Ativos	9.963,4	8.254,1	-1.709,3	-17,2%
Demais Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	68.591,3	73.414,9	4.823,6	7,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	318.660,3	318.886,9	226,6	0,1%

A receita administrada pela RFB, no acumulado de 2019, **decreceu R\$ 2,1 bi** na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Por outro lado a arrecadação líquida para o RGPS **aumentou R\$ 4,1 bi**.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de mar/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	332.005,7	327.975,5	-4.030,2	-1,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	143.864,2	147.541,0	3.676,8	2,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano	113.278,2	116.701,2	3.423,0	3,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	30.586,0	30.839,8	253,8	0,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	77.620,8	77.660,8	40,0	0,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	55.029,5	53.496,9	-1.532,7	-2,8%
Abono e Seguro Desemprego	17.854,6	17.853,7	-1,0	0,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	14.560,2	14.919,3	359,1	2,5%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.311,0	1.395,0	84,0	6,4%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	96,2	2.267,9	2.171,7	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.770,0	2.274,5	-495,5	-17,9%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	5.078,8	5.219,5	140,7	2,8%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.947,9	2.392,2	-555,7	-18,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.680,6	1.245,5	-435,1	-25,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.932,9	5.077,1	-1.855,8	-26,8%
Impacto Primário do FIES	360,0	140,1	-220,0	-61,1%
Demais	1.437,2	712,1	-725,1	-50,5%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	55.491,1	49.276,7	-6.214,4	-11,2%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	32.978,6	31.033,0	-1.945,6	-5,9%
Discrecionárias	22.512,5	18.243,8	-4.268,7	-19,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	56.112,5	50.004,2	-6.108,3	-10,9%
Outras Despesas de Custeio	47.182,4	43.771,9	-3.410,4	-7,2%
Outras Despesas de Capital	8.930,1	6.232,2	-2.697,9	-30,2%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado no ano de 2019 a despesa total diminuiu em termos reais (-1,2%). As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 3,6 bi);
- Crédito Extraordinário (Diesel) (+R\$ 2,2 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,9 bi);
- Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1,9 bi); e
- Discrecionárias (-R\$ 4,3 bi).

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de fevereiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

Despesas Discricionárias do Poder Executivo - Brasil - 2018/2019				
Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
Discricionárias	55.491,1	49.276,7	-6.214,4	-11,2%
Saúde	32.978,6	31.033,0	-1.945,6	-5,9%
Educação	3.330,3	3.203,4	-126,9	-3,8%
Defesa	8.041,9	7.597,3	-444,6	-5,5%
Transporte	20.512,2	18.938,6	-1.573,7	-7,7%
Administração	685,6	818,3	132,7	19,4%
Ciência e Tecnologia	408,7	475,4	66,7	16,3%
Segurança Pública	22.512,5	18.243,8	-4.268,7	-19,0%
Assistência Social	6.813,8	3.721,0	-3.092,8	-45,4%
Demais	4.907,3	4.276,9	-630,4	-12,8%

Redução real de 11,2% nas despesas discricionárias do Executivo.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de fevereiro/2019 – IPCA – R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

Discriminação	Março		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	112.264,9	114.097,3	1.832,5	1,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	70.972,9	70.225,8	-747,2	-1,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.802,0	31.190,7	388,7	1,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.489,9	12.680,9	2.191,0	20,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.536,5	19.689,0	1.152,6	6,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	93.728,4	94.408,3	679,9	0,7%
IV. DESPESA TOTAL	119.344,0	115.516,8	-3.827,2	-3,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	51.849,5	53.787,8	1.938,3	3,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.092,1	27.215,4	123,3	0,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	17.008,9	16.380,9	-628,0	-3,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	23.393,5	18.132,8	-5.260,8	-22,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-25.615,6	-21.108,5	4.507,2	-17,6%
Tesouro Nacional e Banco Central	-4.568,1	1.488,6	6.056,8	-
Previdência Social (RGPS)	-21.047,5	-22.597,1	-1.549,6	7,4%

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	-4.612,6	1.436,5	6.049,2	-
Resultado do Banco Central	44,5	52,1	7,6	17,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-21.047,5	-22.597,1	-1.549,6	7,4%

O resultado primário passou de déficit de R\$ 25,6 bi em mar/18 para **déficit de R\$ 21,1 bi** em mar/19.

Receitas do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de março/19 – IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 - R\$ Milhões				
Discriminação	Março		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	112.264,9	114.097,3	1.832,5	1,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	70.972,9	70.225,8	-747,2	-1,1%
Imposto de Importação	3.320,3	3.257,0	-63,2	-1,9%
IPI	4.513,8	4.518,4	4,6	0,1%
Imposto de Renda	28.471,8	29.386,7	914,9	3,2%
IOF	2.913,0	2.990,7	77,7	2,7%
COFINS	18.733,3	17.993,7	-739,6	-3,9%
PIS/PASEP	5.179,1	4.942,7	-236,4	-4,6%
CSLL	5.709,9	5.349,9	-360,0	-6,3%
CIDE Combustíveis	431,9	219,1	-212,9	-
Outras	1.699,8	1.567,5	-132,3	-7,8%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.802,0	31.190,7	388,7	1,3%
Urbana	30.003,3	30.555,0	551,7	1,8%
Rural	798,7	635,7	-163,0	-20,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.489,9	12.680,9	2.191,0	20,9%
Concessões e Permissões	145,8	136,4	-9,3	-6,4%
Dividendos e Participações	499,2	2.874,1	2.374,9	475,7%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.095,2	1.065,2	-30,0	-2,7%
CotaParte de Compensações Financeiras	2.056,7	2.248,5	191,8	9,3%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.209,2	1.144,5	-64,7	-5,4%
Contribuição do Salário Educação	1.681,9	1.658,4	-23,5	-1,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	824,9	914,5	89,6	10,9%
Operações com Ativos	90,1	89,7	-0,4	-0,5%
Demais Receitas	2.886,9	2.549,7	-337,2	-11,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.536,5	19.689,0	1.152,6	6,2%

Em março de 2019, houve **elevação de 1,6% da receita total** na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Despesas do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de mar/19 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Março		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	119.344,0	115.516,8	-3.827,2	-3,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	51.849,5	53.787,8	1.938,3	3,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	40.908,5	42.593,7	1.685,2	4,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	10.941,0	11.194,1	253,1	2,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.092,1	27.215,4	123,3	0,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	17.008,9	16.380,9	-628,0	-3,7%
Abono e Seguro Desemprego	5.980,8	6.030,5	49,6	0,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.001,7	5.096,3	94,6	1,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	824,9	914,5	89,6	10,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	42,6	84,0	41,5	97,4%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	906,2	680,5	-225,8	-24,9%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.008,0	1.016,2	8,1	0,8%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.296,9	899,8	-397,1	-30,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1.152,8	996,2	-156,5	-13,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	388,0	261,5	-126,5	-32,6%
Impacto Primário do FIES	-2,3	23,6	25,9	-
Demais	409,2	377,9	-31,3	-7,6%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	23.393,5	18.132,8	-5.260,8	-22,5%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.943,8	11.167,9	-775,9	-6,5%
Discricionárias	11.449,7	6.964,9	-4.484,9	-39,2%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	28.995,5	23.086,4	-5.909,1	-20,4%
Outras Despesas de Custeio	23.304,3	20.331,5	-2.972,8	-12,8%
Outras Despesas de Capital	5.691,2	2.754,9	-2.936,4	-51,6%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

A despesa total apresentou redução de R\$ 4,5 bilhões.

Despesas do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de fevereiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Março		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
Discricionárias	11.449,7	6.964,9	-4.484,9	-39,2%
Saúde	3.986,0	1.398,4	-2.587,6	-64,9%
Educação	2.280,2	1.378,5	-901,7	-39,5%
Defesa	597,3	626,2	28,9	4,8%
Transporte	849,1	667,4	-181,7	-21,4%
Administração	538,3	384,3	-154,0	-28,6%
Ciência e Tecnologia	329,1	172,6	-156,5	-47,5%
Segurança Pública	382,5	261,6	-120,9	-31,6%
Assistência Social	196,3	151,6	-44,7	-22,8%
Demais	2.290,8	1.924,2	-366,6	-16,0%

Redução real de 39,2% nas demais despesas discricionárias do Executivo.



TesouroTransparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

Conheça os novos painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!

www.tesourotransparente.gov.br